

havendo a decisão do Governador do Estado, por meio do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, conforme preceitua o artigo 105, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, deverá o requerente alcançar o seu reenquadramento à Classe Especial. Para tanto, deverá ser procedido no encaminhamento de expedientes aos órgãos competentes para a devida regularização funcional do requerente, em caráter de urgência, conforme requerido: 1) A correção dos editais nº 31/2018 e nº 32/2018, a fim de consignar o requerente habilitado, tanto no critério de antiguidade como no de merecimento, juntamente com a mesma turma de servidores que foram nomeados no ano de 2014; 2) A retroatividade da promoção a 2ª Classe, para que passe a contar a data de 1º de setembro de 2018, data em que o requerente deveria figurar no rol de servidores inscritos no Decreto "P" nº 815, de 02 de setembro de 2019, publicado no DOE 9.978, de 03/09/2019; 3) A correção do edital nº 02/2022 (DOE 10.761, de 18/02/2022) a fim de consignar o requerente como pertencente à 2ª Classe; 4) A correção do Decreto "P" nº 415, de 20 de abril de 2022, publicada no DOE 10.809, de 20/04/2022, para constar a promoção para 1ª Classe. 5) A retificação da promoção por ato de bravura, passando a constar "para a Classe Especial, o servidor Cláudio Antônio Rios da Silva [...]".

**DECISÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima, deliberou o Conselho Superior, em votação, por unanimidade, pelo **DEFERIMENTO DO PEDIDO**, acolhendo o voto do relator, os conselheiros: Roberto Gurgel de Oliveira Filho, Rôzeman Geise Rodrigues de Paula, Clever José Fante Esteves, Lupércio Degerone Lúcio, Jairo Carlos Mendes, Edilson dos Santos Silva, João Reis Belo, Carlos Delano Gehring Leandro de Souza, Mário Donizete Ferraz de Queiroz, Jorge Razanauskas Neto, João Eduardo Santana Davanço, Rogério Fernando Makert Faria, Marília de Brito Martins, Greace Kally Simone Vedovato Esteves, Merson Alem Blanco e Alex Cândido Ferreira Severino.

Campo Grande, 10 de agosto de 2022.

**Roberto Gurgel de Oliveira Filho**  
**Delegado de Polícia**  
**Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil**

#### DELIBERAÇÃO/CSPC/SEJUSP/MS/Nº 84/2022

O **CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL - CSPC**, reunido em sessão ordinária na sala de reuniões do CSPC, no dia 10 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições legais estampadas na Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, e Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019, analisou e deliberou sobre a seguinte matéria:

| Processo nº   | Assunto      | Interessado                          | Relator                  |
|---------------|--------------|--------------------------------------|--------------------------|
| 31/047.495/22 | Reabilitação | Vânia Esteves Silva P.Méd.Leg. 1ª Cl | Adilson Stiguivitis Lima |

**DO RELATÓRIO:** lido, em conformidade com o artigo 9º do Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019.

**DO VOTO:** "(...) opinamos pelo voto favorável a reabilitação da **Perita Oficial Forense - Médica-Legista VÂNIA ESTEVES SILVA, Primeira Classe** (...)".

**DECISÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima, deliberou o Conselho Superior, em votação, por unanimidade, pelo **DEFERIMENTO DA REABILITAÇÃO** de todas as punições anteriores a esta decisão, **a contar de 21 de junho de 2022**, acolhendo o voto do relator, os conselheiros: Roberto Gurgel de Oliveira Filho, Rôzeman Geise Rodrigues de Paula, Clever José Fante Esteves, Lupércio Degerone Lúcio, Jairo Carlos Mendes, Edilson dos Santos Silva, João Reis Belo, Carlos Delano Gehring Leandro de Souza, Mário Donizete Ferraz de Queiroz, Wilton Vilas Boas de Paula, Jorge Razanauskas Neto, João Eduardo Santana Davanço, Rogério Fernando Makert Faria, Marília de Brito Martins e Alberto Grangeiro da Costa Júnior.

Campo Grande, 10 de agosto de 2022.

**Roberto Gurgel de Oliveira Filho**  
**Delegado de Polícia**  
**Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil**

#### DELIBERAÇÃO/CSPC/SEJUSP/MS/Nº 85/2022

O **CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL - CSPC**, reunido em sessão ordinária na sala de reuniões do CSPC, no dia 10 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições legais estampadas na Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, e Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019, analisou e deliberou sobre a seguinte matéria: